

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS –UEA  
ESCOLA NORMAL SUPERIOR –ENS  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**A TRANSIÇÃO DA CRIANÇA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O PRIMEIRO  
ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

**MANAUS-AM  
2021**

**ADNA NASCIMENTO PESQUEIRA**

**A TRANSIÇÃO DA CRIANÇA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Monografia apresentada como requisito final para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA na Escola Normal Superior- ENS em Manaus.

Orientador (a): Profa. Doutora Guiomar Lima de Carvalho.

Manaus, 28 de julho de 2021.

### **Ficha Catalográfica**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
**Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.**

P474t    Pesqueira, Adna Nascimento  
          A transição da criança da educação infantil para o primeiro  
          ano do ensino fundamental: : desafios e perspectivas /  
          Adna Nascimento Pesqueira. Manaus : [s.n], 2021.  
          56 f.: color.; 29 cm.

          TCC - Graduação em Pedagogia - Licenciatura -  
          Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2021.  
          Inclui bibliografia  
          Orientador: Carvalho, Guiomar Lima de

          1. Criança. 2. Educação infantil. 3. Ensino  
          fundamental. 4. Processos educativos. I. Carvalho,  
          Guiomar Lima de (Orient.). II. Universidade do Estado do  
          Amazonas. III. A transição da criança da educação infantil  
          para o primeiro ano do ensino fundamental:

**Elaborado por Jeane Macelino Galves - CRB-11/463**

## ADNA NASCIMENTO PESQUEIRA

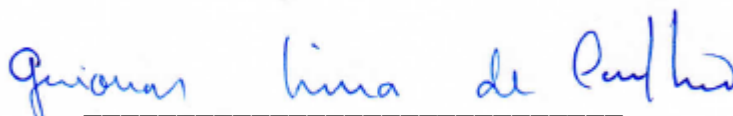
### A TRANSIÇÃO DA CRIANÇA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Monografia apresentada como requisito final para obtenção do título de licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas- UEA em Manaus.

Orientador (a): Profa. Doutora Guiomar Lima de Carvalho.

Aprovada em 30 de agosto de 2021.

#### BANCA EXAMINADORA



Profa. Doutora Guiomar Lima de Carvalho  
Universidade do Estado do Amazonas- UEA



Professor(a) MsC. Neylanne Aracelli de Almeida Pimenta  
Avaliadora  
Universidade do Estado do Amazonas- UEA



Professor(a) Doutora Osmarina Guimarães de Lima  
Avaliador  
Universidade do Estado do Amazonas- UEA

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente agradeço a Deus, por se fazer presente em todos os momentos da minha vida e por me dar força para enfrentar todos os obstáculos encontrados durante esse processo, em especial na etapa do Trabalho de Conclusão do Curso – TCC.

A minha família pela força, apoio, carinho e amor que sempre recebi em todos os momentos da minha vida e em especial minha filha Ana Karolina. Vocês são a razão do meu viver.

As amigas que formei durante esses anos na faculdade, algumas serão eternas.

As acadêmicas Nayhara Carvalho, Jucineide Gonçalves e Elizabete Ramos pelos anos de estudos e a grande amizade na qual criamos até os dias atuais.

A professora orientadora Dra. Guiomar Lima de Carvalho por toda a paciência e compreensão durante todo o processo de construção do meu TCC. Meu muito obrigado e agradecimentos eternos.

Quero agradecer a todos que fazem parte Universidade do Estado do Amazonas, pois foi essa instituição que me deu a oportunidade de realizar o curso de Licenciatura em Pedagogia.

Agradeço a todos os meus professores que com atenção me apoiaram e engrandeceram cada área de conhecimento adquirido durante todo curso.

A todos vocês meu muito obrigado!

*Dedico este trabalho a minha família  
pelo incentivo, amizade, compreensão e  
amor. Vocês são a razão do meu viver!*

**Amo vocês!**

“Criar uma criança é fácil, basta satisfazer-lhe as vontades. Educar é trabalhoso.”

(Içami Tiba)

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo, analisar a transição da criança da educação infantil para o primeiro ano do ensino fundamental. A partir desta análise, busca-se, conceituar os aspectos históricos da educação infantil; apresentar perspectivas dos professores acerca da transição e analisar, a partir da observação nos estágios I e II, o cotidiano dos alunos ao iniciar o ensino fundamental, assim como a ambientação escolar. Este trabalho divide-se em: introdução, seguido do capítulo I que abordará os aspectos teóricos em que são evidenciadas as trajetórias da Educação Infantil e do Ensino Fundamental no Brasil e no Mundo. O Capítulo II enfatizará a metodologia de pesquisa. No capítulo III, discorrerá a análise e discussão dos resultados da pesquisa. Finalizando com as considerações finais acerca da investigação. A pesquisa foi realizada em uma escola municipal da Cidade de Manaus. Para desenvolver este trabalho elaborou-se uma pesquisa de campo de caráter qualitativo, onde realizou-se uma entrevista estruturada e uma análise a partir da observação no local de estudo. Nesse enredo, o estudo realizado com professores, percebeu-se que a instituição escolar busca esclarecer o processo de transição da educação infantil para o primeiro ano do ensino fundamental. Entendemos que a educação infantil exige que se leve em consideração a singularidade das crianças, fazendo uso de atividades lúdicas incluindo jogos, brincadeiras, criatividade etc. Todas essas atividades devem cooperar à sua maneira, para promover o desenvolvimento e a alfabetização das crianças, o que é fundamental na transição do último ano da educação infantil para o primeiro ano do ensino fundamental.

**Palavras-chave:** Criança. Educação infantil. Ensino fundamental. Processos educativos.



## ABSTRACT

The present study aims to analyze the child's transition from kindergarten to the first year of elementary school. As of go analysis, search to conceptualize the historical aspects of early childhood education; to present teachers' perspectives about the transition; and to analyze, based on observation, in stages II, the students' daily life when starting elementary school and the school environment. This paper is divided into: introduction followed by chapter I, which will address the theoretical aspects in which the trajectories of Early Childhood Education and Elementary School in Brazil and in the world are highlighted. Chapter II will emphasize the research methodology. Chapter III discusses the analysis and discussion of the research results. Finally, we will conclude with the final considerations about the research. The research was carried in one municipal school of City Manaus. To develop this work, a field research of character qualitative, was elaborated, where a structured interview was carried out and an analysis was made based on the observation at the place of study. In this plot, the study carried out with teachers, it was noticed that the school institution seeks to clarify the transition process from early childhood education to the first year of elementary school. We understand that early childhood education requires taking into account the uniqueness of children, making use of playful activities including games, play, creativity, etc. All these activities should cooperate in their own way to promote children's development and literacy, which is fundamental in the transition from the last year of kindergarten to the first year of elementary school.

**Keywords:** Early childhood education. Elementary school. Educational processes.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Local uma escola municipal da Cidade de Manaus .....	32
<b>Figura 2</b> – Área interna escola – entrada .....	40
<b>Figura 3</b> – Área interna escola – pátio .....	40
<b>Figura 4</b> – Área interna escola .....	41

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>14</b>
<b>1 TRAJETÓRIAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL E NO MUNDO</b> .....	<b>14</b>
1.1 A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA E A ESCOLA.....	14
1.2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL .....	17
1.3 O ENSINO FUNDAMENTAL E A LEGISLAÇÃO: BREVE RELATO SOBRE A AMPLIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL PARA NOVE ANOS.....	19
1.4 TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL .....	22
1.5 PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM.....	25
<b>CAPÍTULO II: ASPECTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>28</b>
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	<b>28</b>
2.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA .....	30
2.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA .....	31
2.3 LOCAL DE ESTUDO .....	31
2.4 COLETA DE DADOS.....	32
2.5 ANÁLISE DE DADOS.....	33
<b>CAPÍTULO III: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>35</b>
<b>3 RESULTADOS: DISCUSSÃO E ANÁLISE</b> .....	<b>35</b>
3.1 PERSPECTIVAS DO PROFESSOR.....	35
3.2 ANÁLISE DAS OBSERVAÇÕES DOS ALUNOS DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL .....	39
3.2.1 Estrutura física da Escola .....	39
3.2.2 Cotidiano na Escola ao iniciar o ensino fundamental.....	42
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>47</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>52</b>
anexo A: Questionário com professor .....	53

## INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido com o intuito de relatar os dados obtidos através da realização de uma pesquisa de estudo de caso, de caráter qualitativo descritivo sobre o tema “A transição da criança da Educação Infantil para o primeiro ano do Ensino Fundamental: Desafios e Perspectivas”.

Considerada como um sujeito histórico, a criança necessita de práticas educativas que desenvolvam sua identidade, que auxiliem na sua produção de cultura, ou seja, práticas que proporcionem o desenvolvimento de suas competências.

A Constituição Federal de 1988 declara que a educação é direito de todos e deve ser promovida pelo Estado, afirma que a educação não deve ter somente como princípios a igualdade de acesso e permanência, e sim uma educação de qualidade, que possibilite a todos os brasileiros, independente de classe social, raça, gênero e credo, cursar uma escola com condições e competências educacionais, em termos de material, recursos financeiros e projetos pedagógicos que favoreça e reivindique a escola de qualidade comum, que é direito de todos os cidadãos.

Até o ano de 2016, era facultativo o ingresso de crianças no Ensino Infantil, entretanto, desde a promulgação da Lei nº 12.796/13 que delibera sobre a exigência da modalidade pré-escolar, tornou-se obrigatório o ingresso da criança de quatro anos na pré-escola. Ainda segundo a lei, os municípios e os estados deveriam se adequar à nova proposta até o ano de 2016.

As reflexões do processo de transição da criança na educação infantil para anos iniciais do ensino fundamental buscam articular ações inerentes à educação infantil, orientadas pela ludicidade e coletividade, assim como o amadurecimento e as novas responsabilidades, com o acréscimo de mais conteúdos, e o trabalho mais individual, que o 1º ano do Ensino Fundamental oferece. (FEITOSA; GAMA; OLIVEIRA, 2016).

Conforme a Revista Educar (2019), as práticas educativas no ensino infantil são de total importância e possuem um papel essencial no que se refere a promoção de um processo de ensino-aprendizagem de qualidade, além de possibilitar que a criança consiga desenvolver conhecimentos próprios, para que

obtenha uma aprendizagem real e significativa, que contribua com o rendimento na sua educação.

Assim, deve-se considerar a relevância de possibilitar aos sistemas de educação benefícios para a definição das bases pedagógicas e curriculares, bem como recomendações para o funcionamento das instituições de educação infantil, como colaboração para garantia da qualidade e equidade no atendimento as crianças.

Com a finalidade de que essa transição seja realizada e atenda seu propósito, é imprescindível que haja a construção de uma nova cultura escolar, com adequação na estrutura e na pedagogia, visando assim articulação permanente entre Educação Infantil e o Ensino Fundamental, fazendo com que o educando obtenha sucesso no seu primeiro ano do fundamental.

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar a transição da criança da educação infantil para o primeiro ano do ensino fundamental: desafios e perspectivas. E especificamente, conceituar os aspectos históricos da educação infantil; apresentar perspectivas dos professores acerca da transição; e analisar a partir da observação, o cotidiano dos alunos ao iniciar o ensino fundamental e o ambiente escolar.

Sabe-se, que este ainda é um tema muito recente e que tem sido muito discutido pelos profissionais da educação, pois nessa etapa a criança necessita de especificidade educacionais para sua faixa etária, nesse sentido, a elaboração de um currículo significativo e um espaço físico adequado contribuem de forma satisfatória para esse processo de transição.

Sendo assim, este trabalho divide-se em: introdução, seguido do capítulo I que abordará os aspectos teóricos, pelos quais são evidenciadas a trajetórias da Educação Infantil e do Ensino Fundamental no Brasil e no Mundo. O Capítulo II enfatiza a metodologia de pesquisa. No capítulo III, apresentaremos análises e discussões dos resultados da pesquisa finalizando com as considerações finais acerca do trabalho, nas quais aponto a importância do processo transitório.

## **CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO**

### **1 TRAJETÓRIAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL E NO MUNDO**

O presente capítulo tem como finalidade discutir a transição da criança da educação infantil para o primeiro ano do ensino fundamental, assim como seus desafios e perspectivas, de maneira que possamos analisar os avanços e retrocessos dessas modalidades educacionais, assim refletindo sobre a relevância de se fazer a transição de forma agradável, acolhedora e adequada, com o olhar voltado para as necessidades infantis.

Estudos sobre a educação brasileira, mostram grandes avanços, sobre a relevância de uma transição tranquila da criança do Ensino Infantil para o Ensino Fundamental, entretanto deve-se salientar que os aspectos principais para se justificar esse fator, é principalmente, a qualidade e elaboração de um projeto pedagógico.

O ingresso da criança de seis anos nos processos educacionais do Brasil é uma oportunidade de problematizar também a ampliação do ensino fundamental para nove anos.

Nascimento (2007, p. 80) nos diz que “essa ampliação significa uma oportunidade de qualificação do ensino e da aprendizagem, pois a criança contará com mais tempo para se apoderar-se dos conteúdos. Entretanto, vale salientar que o ensino nesse primeiro ano não terá a necessidade de basear-se em aprendizagens padronizadas”.

#### **1.1 A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA E A ESCOLA**

A Educação Infantil, é a primeira etapa da educação básica e tem como propósito, desenvolver os aspectos psicológicos, social, intelectual e físico da criança, que é seu direito. Este desenvolvimento, deve se efetivar de forma coletiva, momento em que pais, professores, alunos e a comunidade produzem ou ampliam conhecimentos buscando estipular metas necessárias ao desenvolvimento integral da criança.

Paschoal e Machado (2009) destacam que historicamente a família tinha total responsabilidade no que se refere à educação da criança, pois através do convívio com outras crianças e com os adultos ela aprenderia as normas e regras da cultura.

Entretanto, o primeiro jardim de infância, criado por Froebel em meados de 1840, em França tinha como preocupação e objetivo, além de educar, transformar a estrutura familiar de maneira que as famílias pudessem cuidar melhor de seus filhos (LEITE; SILVA, 2015).

Do ponto de vista histórico, a própria literatura traz o jardim de infância como uma instituição exclusivamente pedagógica e que, desde sua origem, teve pouca preocupação com os cuidados físicos das crianças. No entanto, vale ressaltar que o primeiro Jardim de Infância, criado, em meados de 1840 em Blankenburgo, por Froebel, tinha uma preocupação não só de educar e cuidar das crianças, mas de transformar a estrutura familiar de modo que as famílias pudessem cuidar melhor de seus filhos (PASCHOAL; MACHADO 2009, p. 81).

A Europa sofria uma transição importantíssima economicamente, era a mudança do sistema feudal para o sistema fabril, conseqüentemente, a substituição de ferramentas pelas máquinas, da força humana pela força motriz, causou uma reorganização em toda a sociedade.

A classe operária se viu refém da revolução industrial, ocasionando um grande impacto, fazendo que a mesma se submetesse ao regime de máquinas e fábricas. Dessa maneira, a mulher se viu incluída no mercado de trabalho, já que toda mão de obra era necessária, todavia, isso acabou alterando a forma da família educar e cuidar dos filhos.

Com essa conjuntura, surgiu no mercado o serviço das mães “mercenárias” que se colocavam a disposição para cuidar dos filhos das mulheres que optavam por trabalhar fora e que não tinham com quem deixá-los.

Para Rizzo (2003) que essas mulheres não possuíam propostas de práticas pedagógicas formais, todavia, praticavam diversas atividades, como canto, memorização de rezas e atividades que tinha o objetivo de desenvolver bons hábitos, além de reforçar regras morais. Nesse sentido, ainda segundo o autor:

Criou-se uma nova oferta de emprego para as mulheres, mas aumentaram os riscos de maus tratos às crianças, reunidas em maior número, aos cuidados de uma única, pobre e despreparada mulher. Tudo isso, aliado a pouca comida e higiene, gerou um quadro caótico de

confusão, que terminou no aumento de castigos e muita pancadaria, a fim de tornar as crianças mais sossegadas e passivas. Mais violência e mortalidade infantil (RIZZO, 2003, p. 31).

Didonet (2001) explica que sua origem na sociedade ocidental, é baseado pelo trinômio mulher-trabalho-criança. No seu início, seu objetivo era assistencialista, no qual sua finalidade era a guarda, higiene, alimentação e os cuidados físicos das crianças.

O papel dos movimentos feministas, que partiram dos Estados Unidos foram fundamentais para uma retificação do significado das instituições de atendimento a criança, pois as feministas mudaram seu foco, assim passaram a defender a ideia que instituições voltadas para crianças, deveriam atender todas as mulheres, independente da sua necessidade de trabalho ou classe social, que acarretou no crescimento dessas instituições mantidas e coordenadas pelo poder público (HADDAD, 1993).

Para as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) a criança é um sujeito histórico que possui direitos. Assim, através das interações, relações e práticas cotidianas, constrói sua identidade pessoal e coletiva, são indivíduos que brincam, imaginam, fantasiam, aprendem, observam, experimentam, constroem sentidos sobre a natureza e a sociedade (BRASIL, 2010, p. 12).

Segundo Maia (2012) a Educação Infantil seria a oportunidade de a criança desenvolver a sua cultura e sua história, dessa forma, atividades pedagógicas voltadas a linguagem e escrita, devem ser vistas como uma das diversas ferramentas a serem incorporadas na organização didática diária, sendo fixadas nos planejamentos mensais e anuais das instituições de ensino. Assim, elas poderiam ter a chance de proporcionar em suas propostas pedagógicas práticas de educação que estimulam a integração de diversos aspectos, como os físicos, afetivos, cognitivos, entre outros, entendendo que a criança é um ser completo.

Em sua maioria, a escola trabalha o conhecimento isolado, sem um ensino significativo, nada que relacione o conhecimento científico com as experiências e conhecimento dos alunos, são conteúdos estáticos e já preestabelecidos pelo currículo.

Para Rocha (2001, p. 31):



Diferente de outras instituições, a escola é considerada um âmbito realmente privilegiado, no que se refere ao desenvolvimento do conhecimento, encarando o aluno como principal sujeito, tendo como intuito fundamental o ensino, desta forma, por meio da aula. Já na Educação Infantil, por meio das relações educativas em um convívio coletivo que possui como sujeito a criança de zero a seis anos.

Nessa perspectiva, é fundamental a relevância que as atividades significativas apresentam para o processo de ensino-aprendizagem, que valoriza o desenvolvimento de conhecimentos físicos e sociais.

Para que haja a construção de uma educação significativa por parte do aluno, é de suma relevância que se tenha uma boa relação entre a criança, o ambiente escolar, o professor, o currículo, a família e a comunidade. Assim a escola possui papel essencial de socialização, pois quando a criança ingressa na escola, aprende a socializar com outras crianças, aprende a conviver com diversas pessoas, vive em sociedade, aprende a respeitar o próximo.

Colaborando com essa concepção, Oliveira (2011) afirma que o ambiente escolar é um espaço essencial para a formação do caráter social, intelectual, emocional, entre outros. Escolano (apud HORN, 2004, p.28) completa garantido que a escola é um espaço que se desdobra a luz das relações sociais nela vivenciadas.

Nesse pensamento, considera-se o âmbito escolar como um espaço que possibilita a inserção do aluno em um mundo repleto de relações, que colabora para sua formação, tornando-se indivíduos autônomos, críticos, éticos, criativos. Consequentemente, não se deve levar em conta, somente meios físicos e metodológicos, como também, todas as interações a qual são produzidas nesse espaço.

Assim educação infantil foi colocada como a primeira etapa da Educação Básica no Brasil, abrangendo as crianças de 0 a 5 anos, concedendo-lhes um olhar completo, perdendo seu aspecto assistencialista e assumindo uma visão e um caráter pedagógico.

## 1.2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A educação infantil advém da educação das crianças anteriormente à sua entrada no ensino fundamental. É fornecida normalmente no período abrangido

de 0 a 5 anos de idade. Nesta etapa da educação, as crianças são estimuladas constantemente para resultar no seu desenvolvimento social, sejam por meio de atividades lúdicas e/ou a fim de exercitar as suas capacidades motoras e cognitivas, a fazer descobertas e a iniciar o processo de alfabetização.

Embora a educação infantil tenha iniciado para pessoas com menos poder aquisitivo como nos afirma Polo e Pedraça (2015), iniciou-se de modo assistencialista especialmente para as crianças pertencentes à classe popular no século XIX. Somente no final do século XIX é que surgem os jardins de infância contrariando as opiniões da elite que não desejava que o poder público se responsabilizasse pelo atendimento das crianças pobres. Hoje a educação infantil é resguardada pela Constituição Federal de 1988 (CF/88): “tanto é direito subjetivo das crianças com idade entre zero e 5 (cinco) anos (art.208, IV), como é direito dos (as) trabalhadores(as) urbanos(as) e rurais em relação a seus filhos e dependentes (art.7º, XXV)” (POLO; PEDRAÇA, 2015).

Além da Constituição, o direito à educação infantil vem assegurado em outras normas nacionais, principalmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996), o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº 8.069/1990) e o Plano Nacional de Educação - PNE (Lei nº 10.172/2001).

Assim sendo, torna-se essencial um olhar preciso, amplo e ao mesmo tempo pontual nas particularidades da modalidade. É necessário enxergar a Educação Infantil como início de um processo imprescindível que permeará e influenciará todo processo educacional, pois os objetivos, metas e estratégias traçadas aqui, irão impactar diretamente no desenvolvimento das habilidades e competências futuras dos alunos (DCNE, 2013).

No art. 29 da LDB, foram destinadas às crianças de até seis anos de idade, com a finalidade de complementar a ação da família e da comunidade, objetivando o desenvolvimento integral da criança nos aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais. “Isto nos remete à questão da formação humana [...] mas que ressalta a necessidade de promover o processo humanizado da criança. Esse processo requer e implica em um projeto de educação infantil fundamentado em um conceito de educação para a vida, pois ele dará os recursos cognitivos iniciais para o pleno desenvolvimento da vida da criança” (MENDONÇA, 2013, p. 42).

Nessa perspectiva, vários documentos trazem em seus textos referência a educação infantil como etapa importante e significativa da educação básica, desde o surgimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9.394/96), o documento Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998), o documento de Diretrizes.

Educar exige cuidado; cuidar é educar, envolvendo acolher, ouvir, encorajar, apoiar, no sentido de desenvolver o aprendizado de pensar e agir, cuidar de si, do outro, da escola, da natureza, da água, do Planeta. Educar é, enfim, enfrentar o desafio de lidar com gente, isto é, com criaturas tão imprevisíveis e diferentes quanto semelhantes, ao longo de uma existência inscrita na teia das relações humanas, neste mundo complexo. Educar com cuidado significa aprender a amar sem dependência, desenvolver a sensibilidade humana na relação de cada um consigo, com o outro e com tudo o que existe, com zelo, ante uma situação que requer cautela em busca da formação humana plena (DCNS, 2013, p.18).

A educação infantil tem-se declarado essencial para uma eficaz aprendizagem, pois ela socializa a criança, desenvolve suas habilidades, prepara o aluno para um melhor desenvolvimento escolar futuro. A educação infantil se torna um alicerce para a construção de uma aprendizagem e de um desenvolvimento crítico.

A rotina é que traduzirá em atividades práticas tudo o que está previsto no currículo alinhado à BNCC para Educação Infantil. A tradição traz a ideia de que é preciso ter um horário fixo para tudo. No entanto, na Educação Infantil, a flexibilidade e o respeito às singularidades e aos ritmos das crianças são fundamentais (BNCC, 2019 p. 48).

A educação infantil é o período em que a criança interage e tem contato com o mundo além família, com outras crianças e adultos que estão a sua volta e consigo mesma. Portanto, o processo de desenvolvimento da criança deve ser acompanhado e respeitado.

### 1.3 O ENSINO FUNDAMENTAL E A LEGISLAÇÃO: BREVE RELATO SOBRE A AMPLIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL PARA NOVE ANOS

A infância possui suas próprias singularidades, assim sendo, o direito a educação é garantido desde o nascimento como dever do estado, ou seja, ao

assegurar atendimento em creches e pré-escolas, a Constituição exige que o sistema educacional, procure maneiras de desenvolver recursos para o atendimento, visando garantir que as crianças sejam de fato contempladas, tendo que dar respostas com essa nova responsabilidade.

Nesse entendimento, a Constituição Federal prevê em seus artigos 205 e 208 o direito e o acesso à educação como direito de todos e dever do Estado:

Art.205 --- A educação, direito de todos e dever do Estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Art.208--- § 1º Acesso ao ensino obrigatório e gratuito é um direito público subjetivo.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa na responsabilidade da autoridade competente.

Nesse sentido é preciso garantir que as crianças sejam atendidas nas suas necessidades educacionais. E em 1990 é criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) documento que garante plena proteção à integridade da criança e do adolescente, nesse documento as crianças e adolescentes foram reconhecidos de maneira institucionalizada como cidadãos de direito, encontrando-se no centro do processo de democratização do Brasil.

O ECA trouxe mudanças significativas comparadas ao Código de menores da antiga Constituição, desafiando os governos municipais e estaduais a elaborarem políticas públicas para esse segmento.

O Governo Federal concentrou seus esforços a partir dos compromissos internacionais feitos através da assinatura da “Declaração Mundial da Educação para Todos”, em 1990, que visa superar o “fosso” estatístico do atendimento educacional do país, considerado um dos sete piores do mundo, em todos os níveis ou modalidades de ensino.

O entendimento de infância ganha novas concepções através das referidas leis, assim a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) a educação infantil passou a ser ofertada em instituições de ensino seguindo propostas de cunho pedagógico.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) é lançado em 1999, trazendo consigo uma definição própria sobre a criança, onde

a considera como um indivíduo histórico e social que faz parte de uma organização familiar, que possui certa cultura e está inserida na sociedade.

Nesse documento se encontram orientações pedagógicas que tem como principal objetivo contribuir na inserção de práticas educativas de qualidade, além de definir o papel do educador, tal documento foi criticado, pois não deixou evidentes os cuidados e as preocupações em aplicar atividades lúdicas como direito dos alunos dessa faixa etária.

A partir de então, o Projeto de Lei nº 144/2005 aprovado em 2006, passou a determinar a duração de nove anos para o Ensino Fundamental, sendo exigida a matrícula a partir dos seis anos de idade. Deste modo, observa-se um crescimento considerável no que se trata de atendimento as crianças em creches e pré-escolas, revelando a proposta de uma universalização da educação infantil no âmbito escolar.

Essa ampliação significa uma oportunidade de qualificação do ensino e da aprendizagem, pois a criança contará com mais tempo para se apoderar-se dos conteúdos. Entretanto, vale salientar que o ensino nesse primeiro ano não terá a necessidade de basear-se em aprendizagens padronizadas (BEAUCHAMP; PAGEL; NASCIMENTO, 2007).

Contribuindo com essa perspectiva, Kramer (2006) argumenta que é essencial respeitar os direitos das crianças.

O ensino fundamental, no Brasil, passa agora a ter nove anos de duração e inclui as crianças de seis anos de idade, o que já é feito em vários países e em alguns municípios brasileiros há muito tempo. Mas muitos professores ainda perguntam: o melhor é que elas estejam na educação infantil ou no ensino fundamental? Defendemos aqui o ponto de vista de que os direitos sociais precisam ser assegurados e que o trabalho pedagógico precisa levar em conta a singularidade das ações infantis e o direito à brincadeira, à produção cultural tanto na educação infantil quanto no ensino fundamental. É preciso garantir que as crianças sejam atendidas nas suas necessidades (a de aprender e a de brincar), que o trabalho seja planejado e acompanhado por adultos na educação infantil e no ensino fundamental e que saibamos, em ambos, ver, entender e lidar com as crianças como crianças e não apenas como estudantes (KRAMER, 2006, p. 22).

Para possibilitar o acesso da criança aos seis anos de idade no ensino fundamental e conseqüentemente colocá-la em contato com a leitura e a escrita não é suficiente para que ela se alfabetize. É necessário que o sistema escolar esteja atento às peculiaridades infantis. Os avanços da sociedade

contemporânea no que diz respeito às suas transformações, ajudaram na garantia desses direitos e contribuíram para sua relevância.

Com a mudança da lei nº 9.394/96 e promulgação da Lei nº 12.796, em 2012 pode-se garantir maior tempo de aprendizagem, pois tornou-se obrigatório a educação infantil para crianças a partir de quatro anos de idade. Enfim, a educação infantil não é obrigatória antes dos quatro anos, mas justificasse sua importância como primeira etapa da educação básica.

#### 1.4 TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Algumas mudanças foram feitas nos últimos anos no cenário educacional brasileiro, com o sancionamento das Leis Federais nº 11.114/2005 que modifica a idade da matrícula das crianças e a nº 11.274/2006, que aumenta a duração do ensino fundamental para nove anos.

Deste modo, com base na primeira lei supramencionada, o último ano da educação infantil passa ser o primeiro ano do ensino fundamental, ou seja, os alunos devem ser matriculados no ensino fundamental com seis anos e não mais com sete.

Nesse entendimento Kramer et al (2011), salienta que a leis federais surgiram com o intuito de melhorar as condições na educação básica, no sentido de buscar reorganizar o ensino fundamental, de modo que assegure o acesso com tempo de aprendizagem, dando continuidade na transição da educação infantil para as séries iniciais, considerando a organização, conteúdos, avaliações e é claro o acompanhamento processual que cria uma referência importante no processo de ensino-aprendizagem.

Essa transição da pré-escola para o ensino fundamental é de extrema relevância e imprescindível na vida das crianças, pois é nesse período que elas conhecem seus novos colegas de sala de aula e seus professores, ou até mesmo sua nova escola.

Para atender a este propósito é necessário que os professores e coordenadores possam colaborar com uma melhor adaptação das crianças, possibilitando que essas novidades sejam recebidas do jeito mais natural e positivo possível. Todavia, observa-se que nem sempre essa transição é

realizada de forma fácil, necessitando a ajuda de novos olhares para essa situação.

A partir do momento em que as crianças passam a frequentar o ensino fundamental, mudanças devem ser feitas, entretanto não devem ser realizadas somente nas esferas estruturais, é importante que haja renovações na proposta pedagógica que será desenvolvida nas series iniciais. É de suma relevância também que o cotidiano não mude totalmente, mas que seja de forma contínua.

Mesmo passando por um processo de desenvolvimento, ao ingressar no ensino fundamental, a criança de 6 anos ainda é criança, logo suas particularidades devem ser respeitadas. Desta forma, a brincadeira deve fazer parte do seu cotidiano, independentemente da instituição de ensino que ela esteja, assim, Friedmann (2006, P.12) relata a importância da brincadeira na vida da criança:

Brincando, as crianças são livres para pensar, sonhar, juntar ou ordenar o mundo. É isso: brincar na perspectiva da criança é realizar projetos lúdicos, nos quais ela é o principal protagonista, mas é também seu diretor, o construtor dos cenários, e o propositor dos diálogos nos quais tece a alegria ou a tristeza do mundo. De um mundo que lhe faz sentido, mesmo que ela não compreenda tudo na complexidade das formas como ela mesma tece as relações. Não importa que seja assim. O que importa é poder e querer brincar. (FRIEDMAN, 2006, p.12)

Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Portanto, a criança oriunda da educação infantil, e atualmente no ensino fundamental, deverá ter seus direitos infantis garantidos. Desta forma, quando Leontiev (1998) se refere à transição da criança da educação infantil para o ensino fundamental vemos o seguinte:

[...] a transição do período pré-escolar da infância para o estágio subsequente do desenvolvimento da vida psíquica ocorre em conexão com a presença da criança na escola. É difícil exagerar a significação desse fato na vida infantil. Todo o sistema de suas relações é reorganizado. É claro que o ponto essencial não consiste no fato de o escolar, em geral, ser obrigado a fazer alguma coisa; mesmo antes de entrar na escola a criança já tem obrigações. O ponto essencial é que agora não existem apenas deveres para com a sociedade. Estes deveres de cujo cumprimento dependerá sua situação na vida, suas funções e papéis sociais e, por isso, o conteúdo de toda sua vida futura. (1988, p. 61)

Reiteramos a criança que está no ensino obrigatório e, portanto, precisa ser atendida em todos os objetivos legais e pedagógicos estabelecidos para essa etapa de ensino. Segundo o Ministério da Educação (MEC) a criança que ingressa no ensino fundamental deve ser vista como:

A criança de seis anos de idade que passa a fazer parte desse nível de ensino não poderá ser vista como um sujeito a quem faltam conteúdos da educação infantil ou um sujeito que será preparado, nesse primeiro ano, para os anos seguintes do ensino fundamental. Reafirmamos que essa criança está no ensino obrigatório e, portanto, precisa ser atendida em todos os objetivos legais e pedagógicos estabelecidos para essa etapa de ensino (BRASIL, 2006, p.10)

No que se refere às Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental de nove anos, a Resolução nº 07/2010 (BRASIL, 2010c), através de seu Art. 29, salienta que no processo de ensino-aprendizagem faz-se necessário uma articulação e continuidade da trajetória escolar, que inclui uma metodologia lúdica. No § 1º do referido artigo, destacamos o seguinte:

O reconhecimento do que os alunos já aprenderam antes da sua entrada no Ensino Fundamental e a recuperação do caráter lúdico do ensino contribuirão para melhor qualificar a ação pedagógica junto às crianças, sobretudo nos anos iniciais dessa etapa da escolarização.

Portanto, diante das Diretrizes a transição do ensino infantil para o ensino fundamental, demanda aplicação de brincadeiras como requisitos desse espaço/tempo. No que se refere ao conteúdo dessas atividades de contenção, podemos destacar: a concepção da autonomia em detrimento das sugestões relacionadas a passividade, à aprendizagem significativa em detrimento de ações de repetição, entre outros (BRASIL, 2010, p. 41).

Segundo Motta (2011, p.166):

O primeiro dia de aula é marcante, pois rompe um trabalho que estava sendo desenvolvido. Os pequenos não sabiam o que podiam fazer. As carteiras arrumadas em fileiras, direcionadas para o quadro, a mesa da professora na frente, a presença de crianças reprovadas, a ausência de outras que faziam parte da turma anterior, o abecedário e os numerais na parede, tudo indicava um ano diferente. Não era permitido correr, ir ao banheiro, brincar de pique, batucar ou olhar pela janela. Havia um descompasso entre as crianças que vieram da Educação Infantil e as outras. Abaixar a cabeça e esperar não faz parte do repertório do ano interior.



Corroborando com esta explicação Cardona (2014) afirma que a atenção com o processo de transição pode ser encarada como oportunidade de desenvolvimento e aprendizagem. Ressalta que quando adequadamente apoiadas, possibilitam uma facilidade na transição, sem que ocorram grandes dificuldades.

Já para Heck (2012), os professores são os principais mediadores no processo de transição, além é claro de planejamentos efetivos, que sejam elaborados com as crianças para as crianças, uma proposta integrada em que os educadores da educação infantil olhem para o ensino fundamental e vice-versa, buscando dar continuidade as práticas lúdicas construídas.

Quanto a esta questão, Nogueira e Vieira (2013, p. 267) indagam quanto “[...] a relevância da junção da educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental, dando ênfase às práticas educativas próprias para a infância e que respeite as singularidades das idades dos alunos”.

O Ministério da Educação (BRASIL, 2004, p. 22) sugere que é indispensável que as instituições de ensino se reorganizem:

[...] a sua estrutura, as formas de gestão, os ambientes, os espaços, os tempos, os materiais, os conteúdos, as metodologias, os objetivos, o planejamento e a avaliação, de sorte que as crianças se sintam inseridas e acolhidas num ambiente prazeroso e propício à aprendizagem.

O Ministério da Educação, a partir da Resolução nº 7/2010 (BRASIL, 2010), salienta a relevância de uma articulação entre o ensino fundamental e o Ensino Infantil do modo em que reconsidere a sua práxis, como maneira de contribuir e auxiliar os educadores que irão receber as crianças de seis anos no ensino fundamental.

## 1.5 PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

O Professor desempenha um papel de suma importância na vida do aluno, é ele que guiará seus passos durante todo o caminho escolar. Bolsoni-Silva (2008) teoriza que o professor, enquanto mediador das relações estabelecidas na sala de aula pode fortalecer ou até desestimular comportamentos ligados ao

convívio da criança com os colegas ou com o próprio professor, assim influenciando diretamente nos aspectos acadêmicos quanto nos sociais. Porém, é somente através de boas práticas que a prática educativa e pedagógica será eficiente.

De acordo com Demo (2011), “apesar do aumento do período letivo das aulas, em função da ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, os objetivos desejados não serão atingidos, ressaltando a relevância da qualidade do tempo e na mudança dos pensamentos referentes à palavra *aula*”.

O educador pode aproveitar a situação para desenvolver projetos que envolvam visitas a escolas de ensino fundamental, entrevistas com os professores e alunos, entre outras atividades. Essas ações podem contribuir para uma transição significativa para os alunos, colaborando em um crescimento dos alunos, frente as mudanças que irão ocorrer (BRASIL, 1998, p.84).

As diferenças observadas entre o Ensino Infantil, que tem como intuito educar e cuidar, e o Ensino Fundamental que caracterizado por salientar apenas a aprendizagem cognitiva, podemos afirmar que vários pontos precisam ser analisados para que haja uma continuidade no processo de formação, visando que esse processo proporcione um desenvolvimento integral dos alunos.

Nessa perspectiva, a escola apresenta diversos desafios que são obrigatórios no trabalho a ser efetuado, sendo esses necessários para sua autonomia, no que se refere ao aprendizado das crianças em suas diversas idades (LÜCK, 2017).

Para Elkonin (1998), deve existir uma promoção de intervenções eficazes, que reconheçam a capacidade de criação da criança, pois elas aprendem umas com as outras através de brincadeiras, compartilhando ideias, opiniões e entre outros. Desta forma o adulto possui uma posição na qual oportunizar ou não essas condições, mais que isso, realizar atividades que incentivem novas formas mais complexas de brincar.

Quanto a esta discussão, os escritos de Martins (2010, p. 74) explicam que:

Os jogos exercem grande influência em todas as facetas do desenvolvimento, pois neles também se formam níveis mais elevados de percepção, memória, imaginação, processos psicomotores, processos verbais, elaboração de ideias e de sentimentos, etc., auxiliando a passagem do pensamento empírico concreto para formas mais abstratas

de pensamento, premissa básica da complexa aprendizagem sistematizada.

No ponto de vista histórico-cultural, a brincadeira de faz de conta possibilita o aperfeiçoamento dos processos psicológicos mais relevantes para o desenvolvimento infantil, pois é nesse processo que a criança imagina, cria, interage e assume aspectos da sua cultura. Portanto, o ato de brincar se trata de uma experiência de vida, onde as crianças fortaleceram seus laços com as pessoas e com o mundo que a cerca. Logo, é fundamental que a brincadeira esteja presente na vida escolar das crianças.

Nesse entendimento fica claro a relevância de uma formação efetiva aos profissionais de ensino, tornando assim uma necessidade de que a educação seja de qualidade, que reconheça o aluno no seu espaço social, sendo imprescindível o melhoramento metodológico, que possibilite as crianças práticas que prezem por possibilitar diversas aprendizagens.

## CAPÍTULO II: ASPECTOS METODOLÓGICOS

### 2 METODOLOGIA

A metodologia é compreendida com a “ciência que investiga os meios de investigação e apresentação de seus resultados”, A partir dessa compreensão, serão expostos os caminhos e os meios de investigação que foram seguidos e aplicados no presente estudo (GONÇALVES; MEIRELES, 2004, p. 28).

A metodologia aplicada, no que se refere ao método é quanto a natureza da pesquisa, esta é definida como qualitativa, trata-se de pesquisa qualitativa, de cunho descritivo e analítico, e quanto a análise será efetivada a análise de conteúdo, baseada nos relatos dos envolvidos no processo da passagem da educação infantil para o ensino fundamental.

Quanto aos meios, a pesquisa é de campo, em que a coleta de dados foi realizada a partir de entrevistas, visitas *in loco* para identificar o ambiente escolar (onde foram observadas as mudanças ocorridas na instituição de ensino), que adotou com instrumentos auxiliares os registros fotográficos. Ainda quanto aos meios, a pesquisa se define como bibliográfica.

Para desenvolvimento deste trabalho realizou-se um estudo de campo, no qual permitiu-se observar a rotina de uma escola municipal da zona leste da cidade de Manaus, observamos os fatos e fenômenos, através da coleta de dados e uma análise e interpretação de conteúdos, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado.

De acordo com Prodanov e Freitas (2013) pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que queiramos comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes, para analisá-los.

Este trabalho contou também para a sua elaboração, de pesquisa bibliográfica, de caráter descritivo, analítico e qualitativo, através de publicações já existentes. A pesquisa bibliográfica é uma modalidade de pesquisa desenvolvida a partir de documentos de domínio científico tais como livros,

periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos, tese e dissertações (OLIVEIRA, 2011).

Partindo desse pressuposto, aborda acerca das características de dois deles – a coleta bibliográfica e a documental. A primeira, indispensável a qualquer pesquisa científica, fornecerá os conhecimentos teórico-empíricos os quais nortearão o trabalho desenvolvido. Assim, ao mesclar as ideias por você defendidas juntamente com aquelas inerentes a autores diversos, você terá a oportunidade de compactuar ou não com os posicionamentos firmados. Dessa forma, segundo Silva (2008), algumas medidas devem ser tomadas ao fazer uso da coleta bibliográfica, levando-se em consideração alguns pontos como:

- a) Produzir o trabalho a partir do maior número possível de material bibliográfico publicado e analisado;
- b) Procurar se ater somente àqueles trabalhos que dizem respeito ao tema por você explorado, ou seja, compartilhar com ideias que realmente sejam pertinentes;
- c) Ampliar a pesquisa, fazendo uso não somente de livros técnico-científicos, mas recorrer também a outras fontes.

Dessa forma, podemos afirmar que essa modalidade de coleta (a bibliográfica) pode ser obtida por meio de fontes distintas, tais como as publicações periódicas (jornais e revistas), documentos eletrônicos e impressos diversos.

Muitos são os olhares dirigidos aos métodos de pesquisa, muitos são os pesquisadores que desejam compartilhar seus trabalhos promovendo discussões sobre diferentes abordagens teóricas e metodológicas como forma de produção e socialização do conhecimento.

O instrumento de pesquisa se constrói de ferramentas que os pesquisadores usam para chegar no seu objetivo seja na pesquisa de campo, planejamento participativo, ou a análise interpretativa entre outros.

De acordo com Martins (2006), a pesquisa qualitativa é caracterizada pela descrição, compreensão e interpretação de fatos e fenômenos. No presente estudo utilizou-se a pesquisa descritiva qualitativa por meio de entrevistas.

De acordo com Prodanov e Freitas (2013):

Pesquisa descritiva: quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de Levantamento (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.52).

Logo após, ainda se realizou uma observação simultaneamente com a ocorrência daquilo que estava sendo observado. Em outras palavras, o método observa o comportamento, fato ou ação no exato momento em que ele ocorre. A observação direta intensiva é realizada através de duas técnicas: observação e entrevista (LAKATOS, 2010).

## 2.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A presente monografia tem como natureza da pesquisa qualitativa, fins didáticos, onde foi possível desenvolver novos conhecimentos que serão extremamente úteis para prosperidade dos estudos. Assim, caracterizou-se pelo detalhamento, entendimento e esclarecimento de fenômenos e fatos coletados. De acordo com Kauark (2010) a pesquisa de natureza básica tem o propósito de desenvolvimento de novos conhecimentos para o emprego no avanço da ciência, sem uma execução prévia, a pesquisa envolve todos interesses e verdades existentes. Disposto a ampliar determinada área de conhecimento, a referida pesquisa enquadra-se na natureza básica.

O tipo de pesquisa quanto aos objetivos utilizados é de pesquisa descritiva e analítica no qual o pesquisador registrou e descreveu os fatos considerados essenciais em sua observação. Para Zanella (2013) “a pesquisa descritiva tem a finalidade de descrever os principais aspectos de um fenômeno, população ou qualquer outra variável”. Tal pesquisa observou, analisou e colocou os dados em ordem para que o mesmo seja manipulado sem interferência do pesquisador.

A pesquisa científica, aqui realizada, quanto aos procedimentos, é caracterizada por ser uma pesquisa bibliográfica, onde serão utilizadas publicações já existentes para embasamento teórico do trabalho, por meio de livros, artigos, teses, dissertações que estejam ligados ao tema proposto. Gil (2008) informa que a “pesquisa bibliográfica é construída a partir de material

idealizado, residindo no fato do investigador realizar uma cobertura sobre uma diversidade de fenômenos”.

## 2.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população definida para a pesquisa é formada por professores do primeiro ano do ensino fundamental e de educação infantil, com intuito de conhecer a visão do mesmo sobre o presente tema. Quanto a amostra, definida para o estudo, priorizamos 2 professores e uma turma de primeiro ano do ensino fundamental com 30 alunos.

## 2.3 LOCAL DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada numa Escola Municipal da Cidade de Manaus, Amazonas. Esta foi inaugurada em 03 de junho de 1996, e passou a funcionar como anexo de outra Escola Municipal, no mesmo ano deixou de ser anexo, para ser Escola Municipal, de acordo com o Ato de Criação, Lei nº 348 de 18 de junho de 1996.

Esta Lei foi decretada e sancionada pelos Poderes Legislativo e Executivo. Em 2010, por necessidade de reestruturação da rede de ensino da Capital, a escola deixou de atender, o ensino fundamental de 09 anos, ficando somente com os anos iniciais, de 1º Ano ao 5º Ano, aumentando o número de vagas para do 1º Ano (alunos com seis anos de idade), estendendo o atendimento ao Programa Aceleração da Aprendizagem e continuando com a Educação de Jovens e adultos. E em 2018 passaram a atender crianças de 4 e 5 anos de idade na etapa inicial da educação básica, a educação infantil.

Com fonte direta de coleta de dados, no qual envolveram professores da Educação Infantil, e professores do primeiro ano do Ensino Fundamental, tendo como objetivo principal analisar e descrever como os professores se preparam para receber os alunos no primeiro ano, que passam pelo processo de transição da educação infantil para o ensino fundamental.

**Figura 1:** Local Escola Municipal da Cidade de Manaus



**Fonte:** Arquivo da autora<sup>1</sup>, 2020.

A Escola Municipal tenta oferecer toda a estrutura e práticas pedagógicas necessária para desenvolvimento educacional dos seus alunos, como por exemplo: banda larga, biblioteca, pátio coberto, sala de professores e internet. E conta com 41 funcionários, dos quais 11 são professores.

## 2.4 COLETA DE DADOS

Na pesquisa de campo utilizou-se a observação, que ocorreu de forma semiestruturada e planejada, onde estavam delineados todos os aspectos que foram estudados, tendo como técnica a coleta de dados. Zanella (2013) diz que a pesquisa de campo é similar aos levantamentos, no entanto procuram uma maior profundidade nas circunstâncias analisadas.

Nesse sentido, as indagações aplicadas a amostra desta pesquisa são:

- a) Você já recebeu algum curso de formação continuada na rede municipal ou estadual? Se sim, descreva como foi.
- b) Quais os principais aspectos entre a educação infantil e ensino fundamental?

---

<sup>1</sup> A imagem foi distorcida, para não revelar o nome da Escola, por questões éticas.



- c) Na sua concepção a escola do ensino fundamental está preparada para acolher a criança em todos os aspectos de infraestrutura?
- d) Sabe-se que existe um respaldo legal para que o processo de alfabetização se desenvolva na escola ao longo dos três primeiros anos do Ensino Fundamental, por que ainda hoje o educador do primeiro ano, parece sentir-se na obrigação de “alfabetizar”, muitas vezes focando seu trabalho expressivamente na codificação e decodificação do código linguístico. Explique por que isso ocorre.
- e) Qual a sua opinião sobre o emprego de “metodologia que faz uso do lúdico” no processo de transição da educação infantil para o ensino fundamental?
- f) No seu ponto de vista quais seriam as adequações necessárias para que a transição escolar, no caso da educação infantil para o ensino fundamental, acontecesse de modo a facilitar o processo de adaptação dos educandos?
- g) Em relação aos pais, você encontra apoio e parceria em relação às práticas pedagógicas (tarefas, pesquisas e outras atividades para casa)?
- h) Qual é o contato que costuma ter com os pais para discutirem ou trocarem informações em relação ao aprendizado e comportamentos dos filhos?
- i) Que sugestões você daria para melhorar essa transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental?
- j) Há algum contato entre os professores da Educação Infantil (5 anos) com os professores do Ensino Fundamental (6 anos) para troca de informações (vivências e necessidades)? Você acredita que esse contato importante? Por quê?

A partir das respostas obtidas implementamos nossa análise de dados.

## 2.5 ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados foi realizada pautada em análise de conteúdo. Segundo Bardin (2011), a análise de conteúdo foca em mensagens (comunicações); categorial-temática (é apenas uma das possibilidades de análise). E logo, tem

como objetivo, a manipulação de mensagens para confirmar os indicadores que permitam inferir sobre outra realidade que não a da mensagem.

A Análise de Conteúdo pode ser quantitativa e qualitativa. Existe uma diferença entre essas duas abordagens: na abordagem quantitativa se traça uma frequência das características que se repetem no conteúdo do texto. Na abordagem qualitativa considera-se a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou conjunto de características num determinado fragmento da mensagem (SANTOS, 2012).

Portanto, a análise de conteúdo segundo Bardin, visa análise descritiva baseada no conteúdo da mensagem disposta pelos entrevistados. Isto é, nas palavras.

A análise descritiva das respostas as perguntas enviadas aos professores, será comentada no Capítulo III.

## CAPÍTULO III: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 3 RESULTADOS: DISCUSSÃO E ANÁLISE

Neste trabalho estão evidenciados e analisados conhecimentos referentes a transição da criança da etapa da educação infantil para o primeiro ano do ensino fundamental, visando debater seus desafios e perspectivas. Entendemos como válido reforçar os resultados e a importância do trabalho para o desenvolvimento de uma metodologia pedagógica que propicie investigar com sensibilidade esse momento de mudança, a pesquisa será norteada por um estudo qualitativo, que possibilitará a discussão dos resultados da pesquisa.

#### 3.1 PERSPECTIVAS DO PROFESSOR

A análise está centrada na leitura de entrevista, aplicados a uma professora do 1º período (Educação Infantil) e outra do 1º ano do Ensino Fundamental. Quanto a professora do 1º período, esta tem 45 anos de idade, é manauara e exerce a docência na Educação Infantil há 4 anos. Sua formação acadêmica é em Pedagogia, com pós-graduação em Psicopedagogia e Educação Especial e com diversos cursos, palestra e congressos.

No que tange à professora do 1º Ano, está possui 40 anos de idade, também é manauara e atua no campo educacional há 10 anos. Também possui formação em Pedagogia, possui pós-graduação em Neuropedagogia e Inclusão e Pedagogia Social. Dentre os cursos que recentemente finalizou, destaca-se o curso de Libras - educação para Surdos, Educação especial.

Vale salientar que os cursos foram realizados, parte em instituições fora da cidade de Manaus e outras a partir de campanhas de atualização dadas aos professores de instituições públicas.

Nesta análise nos referiremos às professoras, como professora 1, quando tratarmos da professora da educação infantil e como professora 2, quando nos referirmos à professora do ensino fundamental.

A primeira questão visou investigar o professor recebeu algum curso de formação continuada na rede municipal ou estadual. De acordo com a professora

de número 1<sup>2</sup>, esta realizou vários cursos, tanto pela rede estadual quanto pela rede municipal, nas modalidades presencial e à distância. Segundo eles (os professores), existem ofertas de diversos tipos de curso que contribuem para alfabetização crianças, jovens e adultos; tecnologias em educação, curso de nível superior oferecido pela prefeitura em convênio com a Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

O professor de número 2, afirmou que existe uma grande disponibilidade de cursos, com intuito de melhorar a qualificação dos professores, onde basta o interesse e preparação necessária para poder cursar, onde sempre que abrir um espaço em sua agenda, está inserido para melhor aprimoramento de sua profissão.

A segunda questão foi sobre os principais aspectos que distinguem a educação infantil e o ensino fundamental. Segundo a professora de número 1, há diferença nas etapas da educação em análise, quanto ao processo visto que na educação infantil esse processo é bem lúdico e no ensino fundamental muda de forma brusca, onde o ensino fundamental acontece de forma padronizada, com conteúdo e tempo bem definido para cada período.

O professor de número 2, explicitou em sua concepção que a educação infantil terá a função de preparar as crianças para um melhor desempenho no ensino fundamental. Consideramos esta questão básica, pois passar de uma etapa de ensino para outra significa considerar a prática educativa realizada em cada etapa de ensino.

A terceira pergunta esclarece a concepção com relação ao fato da escola do ensino fundamental está preparada para acolher a criança em todos os aspectos de infraestrutura. A professora de número 1, afirmou categoricamente, que não. Para esta, as escolas estão estruturadas em salas de aula, nas quais atendem mais alunos do que é recomendado pela legislação municipal. O professor de número 2, afirmou que, infelizmente não. No entanto, a escola procura atender da melhor forma possível as necessidades educativas do aluno.

A quarta questão da entrevista, versou, a existência de um respaldo legal para que o processo de alfabetização se desenvolva na escola ao longo dos três primeiros anos do Ensino Fundamental. De acordo com a professora número 1, é

---

<sup>2</sup> Aqui nos estudos, vamos identificar os professores entrevistados de número 1 e número 2, preservando assim, a identidade dos professores entrevistados

necessário analisar em qual nível a criança está, atentando para Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Esta legislação orienta que, até o segundo ano, o aluno esteja alfabetizado. O professor de número 2, esclareceu que isso não acontece, mas, que a escola precisa seguir a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em cujo documento são apresentados os eixos referentes à alfabetização. A partir disto, o documento orienta a sistematização da alfabetização particularmente nos dois primeiros anos do ensino fundamental, devendo ter continuidade ao longo dos três anos seguintes.

A quinta pergunta, diz tratou da opinião sobre o emprego de (metodologia que faz uso de atividade lúdica) no processo de transição da educação infantil para o ensino fundamental. A professora de número 1, ressaltou que esta metodologia é o ideal, porque senão, as crianças ficam desmotivadas.

O professor de número 2, explicou que as atividades lúdicas contribuem para o processo de aprendizagem dos alunos, e passam a desempenhar papel importante para o desenvolvimento integral da criança que aprende de forma significativa, para que possa ser aceita e assim ter uma educação de alta qualidade.

A sexta indagação, foi relacionada ao ponto de vista sobre as adequações necessárias para efetivar a transição escolar, no caso da educação infantil para o ensino fundamental, de modo a facilitar o processo de adaptação dos educandos.

A professora de número 1, expressou que é necessário começar esse processo de transição na educação infantil, onde as crianças iriam se familiarizando com o processo de letramento. E no início do ensino fundamental que esse processo seja ainda bem lúdico.

O professor de número 2, diz que primeiramente é importante lembrar que não existem regras rígidas, padronizadas a serem seguidas. A personalidade individual de cada criança responde por uma reação diferente. Alguns alunos se adaptam rapidamente, mas alguns resistem, choram e recusam. Como a insegurança é parte inerente do processo, é importante não negar esse sentimento. Expressar emoções diferentes diante do desconhecido faz parte do início do ano letivo.

A sétima pergunta foi direcionada para relação dos pais e o apoio e parceria em relação às práticas pedagógicas (tarefas, pesquisas e outras atividades para casa). A professora de número 1 explicou na maioria das vezes, não contam com o apoio dos pais nas atividades escolares, orientadas para realização em casa. O professor de número 2, afirmou que não observa motivação e interesse nos pais em realizar junto com seus filhos estas atividades.

A oitava pergunta tratou do contato professor-pais, para discutirem ou trocarem informações em relação à aprendizagem e ao comportamento das crianças na escola. A professora de número 1 afirmou que existe grupo de *WhatsApp* reunião de pais e mestres e, quando necessário, atendimento junto à coordenação pedagógica. O professor de número 2, informou que é utilizado o *WhatsApp* como ferramenta de contato imediato e reunião de pais e mestres, para uma conversa mais detalhada em relação ao aluno.

A nona pergunta, foi sobre as sugestões que o professor daria para melhorar a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. A professora de número 1, sugeriu que esta deve ser subsidiada pela adoção de materiais lúdicos adequados para aulas práticas, respeitando, assim, o tempo e o limite de cada criança. O professor de número 2, explicou que o docente do segundo período da educação infantil, poderia começar a exercer algumas atividades mais voltadas ao letramento e escrita, sempre usando o lúdico, o que poderá facilitar o processo de transição. A décima e última pergunta da entrevista foi relacionada à existência de algum contato entre os professores da educação infantil com os professores do Ensino Fundamental (6 anos) para troca de informações. A professora de número 1, respondeu que, geralmente, esse contato e essa troca de informações não existem. No entanto, seria muito importante e necessário, pois facilitaria todo o trabalho e o aprendizado. O professor de número 2, ressaltou que no atual contexto da escola não existe essa troca de informações.

Na pesquisa realizada e apresentada nessa monografia com professores, inferiu-se que a instituição de ensino possui dificuldades em esclarecer a transição da educação infantil ao primeiro ano do ensino fundamental, a escola procura atender através de ações pedagógicas e administrativas, às expectativas das crianças e ajudando, adaptando-os às novas realidades pedagógicas da melhor maneira. Os professores procuram avaliar a melhor forma de gerir e auxiliar a transição entre o último ano da educação infantil e o primeiro ano do ensino fundamental.

### 3.2 ANÁLISE DAS OBSERVAÇÕES DOS ALUNOS DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Esta seção contempla a análise das observações realizadas na pesquisa de campo, desenvolvida durante as disciplinas de Estágio I, II e de Gestão Escolar, do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas, durante o primeiro e segundo semestre de 2018.

Com a implantação da educação básica de nove anos, a educação infantil ingressou em um novo campo: as crianças vão à escola cada vez mais cedo e devem ler e escrever. A primeira infância oferece uma oportunidade para o primeiro contato com a sala de aula. Este é um momento de descobertas, porque existe um mundo que vale a pena assistir e descobrir.

#### **3.2.1 Estrutura física da Escola**

A estrutura física da escola não atende às necessidades das modalidades de ensino que atua. Precisando de uma adequação para construção de um auditório, área de lazer, quadra, biblioteca, sala para coordenação pedagógica, sala para guardar materiais de educação física, sala para programas federais (Mais Educação) e reformas na parte de pintura, elétrica, acesso aos portadores de necessidades educacionais especiais. Não dispõe de áreas para depósitos de material de limpeza, expediente e didático. O que a escola possui são 11 salas de aulas adequadas, uma diretoria, uma secretaria, uma sala de professores, uma sala de informática, uma cozinha, uma dispensa, um refeitório, dois banheiros para professores, 11 banheiros para alunos, para funcionários apenas um, e um Pátio coberto.

Ao adentrar na escola, nota-se a demarcação entre a entrada e a sala de aula. A estrutura física da escola não foi idealizada para atrair pessoas, mas para controlar e monitorar. Pode-se observar muros altos, cercas, portões de ferro que controlam quem entra e sai, grades nas janelas e grades de ferro, o que reduzem os espaços de circulação de pessoas. Percebe-se, assim, uma tentativa de manter a segurança ou controle da instituição e dos seus sujeitos educativos

Figura 2 - Área interna escola - entrada.



Fonte registro da autora em 2020

E na área interna que as crianças podem praticar as suas atividades recreativas ou lúdicas que possam aproveitar tanto as atividades dirigidas, como o brincar livre, até porque o pátio é usado por crianças de outras salas para atividades de ensaios, seja para festas das mães, juninas, projetos, além de reuniões de pais e outras apresentações. Porém observa-se que, a escola possui uma pintura antiga, necessitando de pintura nova.

Figura 3: Área interna escola – pátio.

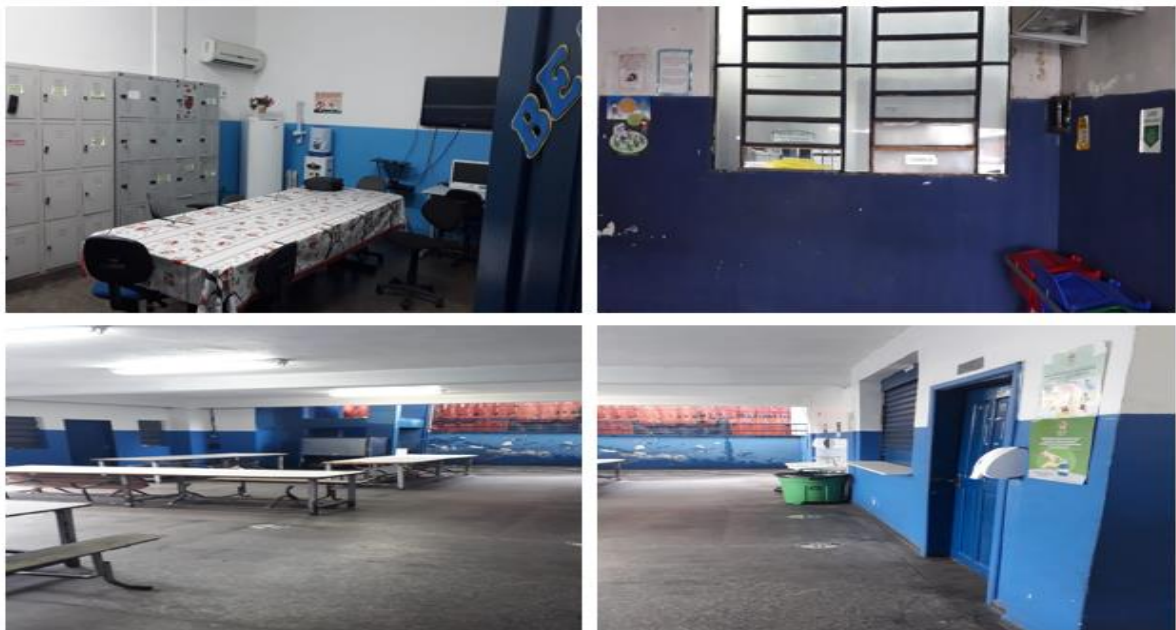


Fonte: registro da autora em 2020



A infraestrutura da escola não considerou a educação infantil, no entanto adaptou-se dentro do possível, ao seu ambiente escolar. Devido às necessidades do local, não existe um plano de ampliação na estrutura física da escola. Não que qualquer espaço pode ser um espaço de educação infantil, porém houve uma adaptação mínima, tais como: móveis coloridos e adequados para a idade das crianças.

**Figura 4:** Área interna escola.



Fonte: registro da autora em **2020**.

As janelas são grandes e com grades, o que um dos professores entrevistados, considera necessárias para a segurança das crianças. As paredes são decoradas com ambientes de letramento, como letras, formas geométricas, números, calendários e painéis de aniversário feitos pela professora desde o início do ano letivo. Esses materiais ficam expostos nas paredes das salas de aula e são utilizados no cotidiano de trabalho ao longo do ano.

Nesta configuração da estrutura escolar, é importante criar um ambiente atraente onde as crianças estejam brincando através das atividades direcionadas, sem tornar o ambiente visualmente poluído e desinteressante, pois isso pode causar perda significativa do interesse das crianças em aprender.

### 3.2.2 Cotidiano na Escola ao iniciar o ensino fundamental

Dentro da escola, todos, sejam alunos, pais, funcionários, toda comunidade escolar devem seguir uma rotina administrativa e pedagógica. Tudo é pensado para garantir o controle de quem entram e saem da sala, o portfólio de filias, avaliações, agendamentos e também, a forma de controlar os indivíduos. É o mesmo na sala de aula.

Existe um plano baseado em uma lista de atividades, que contém as atividades diárias. O professor busca seguir as seguintes rotinas: oração, música em círculo, concentração, atividades diárias de acordo com o planejamento elaborado mensalmente. Apesar de seguir rotinas rígidas, as crianças do primeiro ano do ensino fundamental têm como momento de diversão, as aulas de educação física, com atividades direcionadas e voltadas ao lúdico.

De acordo com Bilória e Metzner (2013) é essencial que seja inserido uma rotina para o bom andamento da aula, mas deixar que as rotinas atrapalhem o andamento do plano afetará a autonomia, democracia e criatividade das crianças. Correspondendo à análise do atual panorama, está mudança na educação básica, os desafios que as crianças enfrentam, suas expectativas e pensamentos ansiosos têm desencadeado debates.

Roveri (2019) explana que na educação infantil, alguns motivos apontam que a infância deve ser respeitada, e vários fatores devem ser considerados nesse processo tal como o: acolhimento, diversão, autonomia, atividades atrativas, interação e socialização, etc. No ensino fundamental não é diferente. Mas o que aconteceu foi uma mudança repentina.

Foi observado que as crianças encontram-se presas em um mundo de atividades direcionadas, com demandas crescentes, seja a postura ao sentar-se, sejam as atividades propostas de leitura e escrita, ao cumprir um cronograma ou ao seguir um conjunto de regras. E quanto a infância? A concepção desta foi excluída ou mantida? Com que finalidade?

Nesta fase argumentamos quão desrespeitada é a infância neste período. As crianças têm muitas responsabilidades e raramente brincam, momento em que brinquedos e jogos ocupam cada vez menos espaço na agenda escolar e são substituídos por livros, apostilas, avaliações mensais e tarefas cada vez mais complexas, exigindo que fiquem mais tempo na sala de aula.

A prática lúdica pode ser desenvolvida tanto em sala de aula, quanto em espaços não formais, como parques, pátio, jardim, entre outros. Essa prática é uma forma de linguagem que a criança utiliza para desenvolver suas próprias habilidades, o planejamento desse modelo de atividade precisa ser feito com muita responsabilidade, para que seja proveitosa e significativa para a formação da criança, desta maneira a organização de tempo e espaço dessas práticas é imprescindível, buscando aprimorar ações diferenciadas, tendo em vista os objetivos de cada etapa e principalmente a sua relevância para o desenvolvimento infantil.

Segundo Maria et al (2009, p.8) “brincar constitui-se em um conjunto de práticas que já faz parte da cultura da criança”, a cultura lúdica está presente na essência infantil, não pode ser transferida nem adquirida automaticamente, deve ser construída, deve ser vivida, cada criança necessita de um sistema de significações, para que possa desenvolver um processo de interações e transformações no meio em que está inserida.

Além das aulas de educação físicas realizadas no pátio, a escola tem, em seu cronograma, a definição segundo a qual semanalmente, as crianças vão para o pátio com o professor regente realizar atividades direcionadas. Quando por algum motivo seja conversa paralelas entre as crianças ou uma atividade em atraso, as aulas são canceladas pelo professor, deixando-os em sala como “castigo”, além de aumentar-lhes as atividades, as “tarefas”.

Observou-se de perto esse ocorrido em um dos dias do estágio, onde as crianças não compareceram ao pátio, porque durante o intervalo, quando estavam a caminho para a sala de aula, a professora pedia silêncio e organização na fila. Como elas não obedeciam, a professora não permitiu que eles tivessem atividades no pátio e continuou a dar aulas em sala de aula. Esta é uma atitude que gera insatisfação e desmotivação nas crianças, quanto a realização de atividades físicas.

No entendimento de Gabin et al (2015), a punição, privação e insulto são objetos de punição corretiva. Portanto, se o ato de punir corrige um comportamento, tende a igualar as pessoas, pois utiliza um modelo considerado "correto". Podemos dizer que essa é uma forma de interditar ou docilizar o corpo de outra pessoa, pois só permite que a pessoa se expresse dentro dos padrões estabelecidos e é considerada legal.

Verificou-se que, na educação infantil, as aulas livres acontecem duas vezes por semana no pátio da escola; já no ensino fundamental, passaram a ser reduzidas, para apenas uma vez na semana, com jogos direcionados. As crianças anseiam por brincar. Porém as atividades direcionadas não são uma punição para as crianças.

Foi observado que alguns alunos sempre insistiam em lembrar aos professores que é o “dia do pátio ou brinquedos”. Outra atividade pela qual esperavam era o momento das atividades físicas. Nesse momento, as crianças transformavam-se como os “pássaros soltos da gaiola”, em gesto de alívio. Para expressar conforto e liberdade de expressão, eles deixam a sala e saem para o pátio.

De acordo com Vygotsky (2001), é na brincadeira que a criança se solta e mostra seu comportamento além do habitual. Este teórico explica que o brinquedo não é dominante na infância, porém exerce um papel fundamental no desenvolvimento infantil e reforça a importância de utilizar a ludicidade com mais intensidade, pois a brincadeira é universal e favorece a aprendizagem, motivando a criança a ir e permanecer na escola.

Portanto, os alunos esperam aproveitar ao máximo o tempo de correr, pular, falar e contar histórias. Neste momento, seguem a compasso vibrante e eufóricas em direção ao pátio, em ordem de magnitude. Normalmente, as rotinas impostas favorecem a não-identificação do sentido das atividades pelas crianças, o que tende a gerar desconforto na sala de aula, causando um estado de indiferença e desinteresse.

Neste contexto, os professores, como forma de romper com a indiferença, apresentada pelas crianças, aumentam a cobrança sobre elas, para o cumprimento das atividades.

Contudo, é primordial que o professor saiba planejar as atividades e compreenda que, quando brinca, a criança está se desenvolvendo, do ponto de vista intelectual e emocional. Neste entendimento, é essencial saber a relevância das práticas lúdicas como ferramenta metodológica, pois a criança se sente motivada, estimulada a participar das atividades, assim fazendo com que o processo de ensino-aprendizagem possa acontecer com êxito.

Conclui-se que é essencial que todo este processo de transição da educação infantil para ensino fundamental seja analisado e acompanhado com cuidado por parte da equipe pedagógica da escola, para que transtornos e descontinuidade da aprendizagem possam ser evitados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desenvolvimento do presente estudo é resultado de uma análise e observações no processo de pesquisa de campo, que constituem o momento elementar da formação do professor, não só para relacionar a teoria e a prática, pelas vivências no espaço escolar, que incluem a observações das atividades escolares.

Para a realização do estudo, partimos do argumento, segundo o qual, o trabalho docente nas etapas da educação, objeto do mesmo, deve considerar a situação de aprendizagem das crianças que vivenciam a transição da educação infantil para o 1º ano do ensino fundamental.

Ao longo do processo de pesquisa, buscou-se compreender o papel do professor e da escola nesta transição, especialmente dos professores que desempenharam um papel importante de compartilhamento dos seus saberes, para a compreensão do problema da pesquisa.

Como parte da pesquisa, foi observada a importância do espaço físico, da organização ambiental e das atividades recreativas, pois elas interferem diretamente na aprendizagem dos alunos.

Na transição mencionada, compreendemos que o desafio começa com o ambiente escolar em que as crianças se encontram, principalmente no início do primeiro ano. Durante o processo de Estágio II, percebemos que raramente a organização da escola do ensino fundamental se preocupou em criar um ambiente acolhedor para os alunos e fazê-los sentir que fazem parte desse espaço. O sistema ignora este espaço e momentos lúdicos espontâneos são poucos trabalhados. Notou-se a ausência do momento em que as crianças pudessem liberar sua imaginação, suas energias físicas e vivenciar assim novas descobertas, fantasia, medo e explorar tudo ao seu redor.

Vale ressaltar que na educação básica, o desenvolvimento das crianças também começa na escola. Nesse sentido, são necessários cuidados especiais e organização escolar. Com o aumento do ensino fundamental em um ano, as instituições de ensino tiveram que se reorganizar e fizeram planos para incluir o aluno de seis anos nessa etapa da educação básica.

Em suma, a educação infantil exige que se leve em consideração a singularidade das crianças e a organização das salas de aula para os alunos da faixa etária atendida por esta etapa da educação, incluindo jogos, brincadeiras, criatividade, etc. Todas essas atividades devem cooperar, à sua maneira, para promover o

desenvolvimento e a alfabetização das crianças, o que é especialmente importante na transição do último ano da educação infantil para o primeiro ano do ensino fundamental.

Outro fator a ser considerado diante do processo transitório, refere-se ao novo modelo educativo em decorrência da pandemia causada pela Covid-19. Nessa nova modelagem de aulas remotas, os professores precisam mostrar aos alunos a compreensão de que os cenários de interação participativa mudaram. Contudo, carecem ter um cuidado maior, para que a criança compreenda que ela passou da etapa exclusiva de ludicidade e que no ensino fundamental terão conteúdos e aprendizagens baseadas principalmente na leitura e escrita que terão como espaços pedagógicos de acontecimentos, a sala de aula e muito menos os espaços recreativos como pátio, quadra esportiva e corredores.

Entendemos que este estudo tem uma importância, pois serve de referência para que outros acadêmicos percebam que o processo de transição da criança da educação infantil para o primeiro ano do ensino fundamental, deve ser estudado e desenvolvido pela escola, visando promover aprendizagens, visto que as crianças mudam de etapa e cenário de aprendizagem. Nesta transição, a criança é desafiada a desenvolver aprendizagens mais complexas dos saberes escolares.

## REFERÊNCIAS

BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S.D.; NASCIMENTO, A.R. **Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

BILÓRIA, Jéssica Ferreira; METZNER, Andréia Cristina. **A importância da rotina na Educação Infantil**. São Paulo: Revista Fafibe On-line, p. 1-7, 2013.

BITTAR, M; SILVA, J.; MOTA, M. A.C. **Formulação e implementação da política de educação infantil no Brasil**. In: Educação infantil, política, formação e prática docente. Campo Grande, MS: UCDB, 2003.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOLSONI-SILVA, A. et al. **Caracterização de programas de intervenção com crianças e/ou adolescentes**. Arquivos brasileiros de psicologia, p. 104-118, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. **Lei de n. ° 12.796, de 04 de abril de 2013**. Lei de diretrizes e Bases da Educação. Brasília, 2013.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, n. 248, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Referencial Curricular para a Educação Infantil: Introdução**. Brasília, DF: MEC/SEF. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. (1998).

BRASIL. Ministério da Educação. **Ampliação do Ensino Fundamental para nove anos: 3º relatório do programa**. Brasília: MEC/SEB, 2006a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de 9 anos: Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. 2006. Brasília. Disponível em [www.mec.org.br](http://www.mec.org.br). Acesso em novembro/2018

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Coordenação Geral do Ensino Fundamental. Ensino fundamental de nove anos: orientações gerais. Brasília, DF: MEC; SEB; DPE; COEF, 2004.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 7/2010, de 14 de dezembro de 2010.** Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de dezembro de 2010c.

CARDONA, M.J. **Falando de transições:** entre a educação de infância e a escola. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente - SP, v. 25, n. 2, p. 311-322, maio/ago. 2014.

DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo.** São Paulo: Cortez, 2011.

DIDONET, V. **Creche: a que veio, para onde vai.** In: Educação Infantil: a creche, um bom começo. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n.73. Brasília, 2001. p.11-28.

EDUCAR FCE. **Educação infantil e práticas pedagógicas:** O lúcido na educação infantil como forma de desenvolvimento. Faculdade Campos Elíseos Vol. 18, n. 01 (Março, 2019), SP

ELKONIN, D. B. **Psicologia do jogo.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FEITOSA, Eliza Patrícia Lopes; GAMA; OLIVEIRA, Tatiane Santana da, Renata Greco de. **TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA OS ANOS INICIAIS: a criança de seis anos no Ensino Fundamental.** Universidade Vale do Rio Doce, 2016.

FREINET, C. **As técnicas Freinet da escola moderna.** Trad. Silva Letra. 4 ed. Lisboa: Estampa, 1975.

FRIEDMANN, A. **O brincar na educação infantil:** observação, adequação e inclusão. São Paulo: Moderna, 2012.

FRIEDMANN, A. **O desenvolvimento da criança através do brincar.** São Paulo: Moderna. 2006.

GARBIN, Cléa Adas Saliba et al. **Conhecimento e percepção dos educadores do ensino infantil sobre violência.** Revista Ciência Plural, v. 1, n. 2, p. 37-47, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, C.A.; MEIRELLES, A.M. **Projeto e Relatório de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2004.

HADDAD, L. **A creche em busca de identidade.** São Paulo: Loyola, 1993.

HECK, C.S. **Educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental:** Articulação necessária e possível. Ijuí: UNIJUÍ, 2012.



HORN, M.G.S. **Sabores, cores, sons, aromas: a construção do espaço na educação infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

KAUARK, F. **Metodologia da pesquisa: guia prático** Ita- buna: Via Litterarum, 2010.

KRAMER, S. **A infância e sua singularidade.** In: BRASIL MEC. Ensino Fundamental de 9 anos: Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. 2006b. Brasília.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce.** RJ.. 3. ed; Dois Pontos, 1987.

KRAMER, S. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação Infantil e/é fundamental.** Educação e Sociedade. Campinas, v.27, n.96, 2006.

KRAMER, S.; NUNES, M.F.R.; CORSINO, P. **Infância e crianças de 6 anos: desafios das transições na educação infantil e no ensino fundamental.** Scielo, São Paulo, v. 37, n. 1, p.69-85, Jan. 2011

LAKATOS, E.M.. **Fundamentos de metodologia científica: Técnicas de pesquisa.** 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

LEITE, Fernanda Oliveira; SILVA, Luana Nunes da. **A prática pedagógica na educação infantil em um Centro de Referência de Educação Infantil (CREI) de João Pessoa.** Universidade Federal Da Paraíba. João Pessoa, 2015.

LEONTIEV, A. N. **Os princípios psicológicos da brincadeira pré-escolar.** In: VIGOTSKII, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich.; LEONTIEV, Alexis. N. (Orgs.). Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone. 2001a, 119-142.

LEONTIEV, A. N. **Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil.** In: VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2006. p. 59-83.

LEONTIEV, A.N. **Os princípios Psicológicos da Brincadeira Escolar.** In: VIGOTSKII, L.S.; LURIA A.R; LEONTIEV, A.N. Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem. São Paulo: Ícone. 1988. 228p. p.119-142.

LÜCK, H. **A gestão participativa na escola.** Editora Vozes Limitada, 2017.

MAIA, J.N. **Concepções de criança, infância e educação dos professores de Educação Infantil.** Campo Grande, 2012. 135 p. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco.

MARCÍLIO, M.L. **A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil.** In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997. p. 51-76.

MARIA, Vanessa Moraes et al. **A ludicidade no processo ensino-aprendizagem**. Corpus et Scientia, v. 5, n. 2, 2009.

MARTINS, G.A. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisas. São Paulo: Atlas, 2006

MARTINS, L. M.; ARCE, A. **A educação infantil e o ensino fundamental de nove anos**. In: ARCE, A.; MARTINS, L. M. Quem tem medo de ensinar na educação infantil? 2. ed. Campinas: Editora Alínea, 2010. p. 37-61.

MENDONÇA, Fernando Wolff. **Teoria e Prática na Educação Infantil**. Maringá, PR: UNICESUMAR, 2013.

MOTTA, F.M.A. **Da criança a aluno**; transformação social na passagem da educação infantil para o ensino fundamental. Educação e Pesquisa, São Paulo, v37, n1, p 157-173, jan./abr.2011.

NASCIMENTO, A. M. **A infância na escola e na vida: uma relação fundamental**. In: BEAUCHAMP, J. ; PAGEL, S.D. ; NASCIMENTO A. R. do. (Org.). Ensino Fundamental de Nove Anos: orientações para a Inclusão da Criança de Seis Anos de Idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

NOGUEIRA, G.M.; VIEIRA, S.R. **Contribuições da Pedagogia da Infância para a Articulação entre Educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental**. Revista Linhas, Florianópolis, v. 14, n. 26, p. 265-292, jan. 2013.

OLIVEIRA, D.P.R. **Sistema, organização e métodos: uma abordagem gerencial** / Djalma de Pinho Rebouças de Oliveira. – 20. ed. – São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, Z.M.R. **A creche no Brasil: mapeamento de uma trajetória**. Rev. Fac. Educ. [online]. 1988, vol.14, n.1, p. 43-52. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rfe/v14n1/v14n1a04.pdf> -Acesso em julho/2012.

OLIVEIRA, Z.M.R. de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 7 ed. São Paulo; Cortez, 2011.

PASCHOAL, J.D.; MACHADO, M.C.G. **A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional**. Revista Histedbr *on-line*, v. 9, n. 33, p. 78-95, 2009.

PRODANOV, C.C.O.; FREITAS, E.C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIZZO, G. **Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ROCHA, E.A.C. **A pedagogia e a Educação Infantil**. Revista Brasileira de Educação, n. 16, p , jan./fev./ mar./abr. 2001.

ROVERI, Fernanda Theodoro. **Ensino Fundamental de nove anos: rupturas com a Educação Infantil ou acolhimento das infâncias?**. Revista Tempos e Espaços em Educação, v. 12, n. 28, p. 263-278, 2019.

SÃO PAULO. **Expectativas de Aprendizagem para o 1º ano do Ensino Fundamental** de Nove Anos. São Paulo: CENP/FDE, 2009.

TEDRUS, D.M.A.S. et al. **A relação adulto-criança: um estudo antropológico em creches e em escolinhas de Campinas**. 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Universidade Estadual de Campinas, 1987.

VIGOTSKII, L.S. **Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar**. In: VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 10. ed. São Paulo: Ícone, 2006a. p. 103- 117.

VYGOSTSKI, L.S. **Obras escogidas**. Madrid: Visor. 1996.

VYGOTSKY, L.S. **Psicologia Pedagógica**. São Paulo: Artes Médicas, 2001.

ZANELLA, L.C.H. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013. 134 p. : il.

**APENDICES**

## ANEXO A: QUESTIONÁRIO COM PROFESSOR

Dados do entrevistado:

Idade:

Tempo de profissão:

E-mail:

1. Você já recebeu algum curso de formação continuada na rede municipal ou estadual. Sim, descreva como foi.
2. Quais os principais aspectos entre a educação infantil e ensino fundamental?
3. Na sua concepção a escola do ensino fundamental está preparada para acolher a criança em todos os aspectos de infraestrutura?
4. Sabe-se que existe um respaldo legal para que o processo de alfabetização se desenvolva na escola ao longo dos três primeiros anos do Ensino Fundamental, por que ainda hoje o educador do primeiro ano, parece sentir-se na obrigação de “alfabetizar”, muitas vezes focando seu trabalho expressivamente na codificação e decodificação do código linguístico. Explique por que isso ocorre.
5. Qual a sua opinião sobre o emprego de “metodologia que faz uso do lúdico” no processo de transição da educação infantil para o ensino fundamental?
6. No seu ponto de vista quais seriam as adequações necessárias para que a transição escolar, no caso da educação infantil para o ensino fundamental, acontecesse de modo a facilitar o processo de adaptação dos educandos?
7. Em relação aos pais, você encontra apoio e parceria em relação às práticas pedagógicas (tarefas, pesquisas e outras atividades para casa)?
8. Qual é o contato que costuma ter com os pais para discutirem ou trocarem informações em relação ao aprendizado e comportamentos dos filhos?

9. Que sugestões você daria para melhorar essa transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental?
10. Há algum contato entre os professores da Educação Infantil (5 anos) com os professores do Ensino Fundamental (6 anos) para troca de informações (vivências e necessidades)? Você acredita que esse contato importante? Por quê?